



Ao Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **Broker Brasil Corretora de Câmbio Ltda** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **16.944.141/0001-00**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações financeiras para o **semestre** findo em **31 de dezembro de 2024**, e os esclarecimentos requeridos conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 236, de 17 de fevereiro de 2022.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

2. Informamos que as demonstrações financeiras acima mencionadas serão publicadas até o dia **31 de março de 2025** no sítio eletrônico: (<https://www.brokerbrasilcambio.com.br/demonstrativos-financeiros/>)

3. Por fim cumpre salientar que a alta administração da **Broker Brasil Corretora de Câmbio Ltda** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção.

Atenciosamente,

AIRTON DA SILVA JUNIOR
Diretor Financeiro

IGNIS CONTÁBIL LTDA.
MARIO IVAN DOS SANTOS
Contador CRC-1SP 176.011/O-3



Broker Brasil Corretora de Câmbio

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Broker Brasil Corretora de Câmbio, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 3.253 (Três milhões duzentos e cinquenta e três, trezentos e vinte e um reais e vinte e quatro centavos).

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, a Corretora mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 31 de dezembro de 2024, os limites operacionais da Corretora, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores da
BROKER BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO LTDA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BROKER BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO LTDA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BROKER BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO LTDA em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras supervisionadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

GBS-265/25

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a. Ambiente de tecnologia da informação

Porque é um PAA

As operações da Corretora dependem do ambiente de tecnologia e de infraestrutura capazes de suportar um elevado número de transações processadas diariamente em seus sistemas de informação legados que alimentam os seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes que suportam as principais atividades de negócio da corretora, avaliamos o desenho e a implementação dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios da Corretora.

Considerando os processos e controles do ambiente de tecnologia da informação, associados aos testes realizados mencionados anteriormente, julgamos que nos permitiram de forma razoável considerar as informações extraídas de determinados sistemas para definirmos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

b. Provisões e passivos contingentes (Nota 20)

Porque é um PAA

A Corretora apresenta provisões e passivos contingentes decorrentes principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. Nas esferas cível e trabalhista, há a possibilidade de encerramento antecipado dos processos mediante acordos. Além dos aspectos subjetivos na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, a evolução da jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme. Considerando a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos, como descrito acima, para a determinação e constituição da provisão e divulgações requeridas de passivos contingentes, consideramos essa uma área de foco de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e efetividade dos principais controles para identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação das provisões e dos passivos contingentes, incluindo a totalidade e integridade da base de dados. Testamos os modelos utilizados para quantificação dos processos judiciais massificados de natureza cível e trabalhista. Em nossos testes da avaliação do risco dos processos judiciais individualizados de natureza tributária, cível e trabalhista, utilizamos o apoio de nossos especialistas nas respectivas áreas, quando aplicável, de acordo com a natureza dos processos. Realizamos também, procedimentos de confirmação, em base de testes, junto aos advogados internos e externos responsáveis pelos processos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição da provisão, bem como as divulgações efetuadas das provisões e dos passivos contingentes, são apropriados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração

pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2025.

UHY BENDORAYTES & Cia
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8

GEYSA BENDORAYTES E SILVA
Contadora
CRC RJ 091330/O-5

BROKER BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO LTDA.

CNPJ(MF) 16.944.141/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

A T I V O	NE	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE		16.868	16.471
DISPONIBILIDADES	3.m	3.126	4.956
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		13.645	11.481
Títulos e valores mobiliários	4	10.100	7.683
Carteira de câmbio	5	2.906	3.071
Rendas a receber	6	639	727
OUTROS ATIVOS		97	34
Outros créditos - Diversos		32	24
Despesas antecipadas		65	10
NÃO CIRCULANTE		2.991	3.478
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.704	3.210
Títulos e valores mobiliários	4	2.704	3.210
OUTROS ATIVOS		40	40
Outros créditos - Diversos		40	40
PROV. PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS A:		-	(7)
Risco de rendas a receber e outros créditos		-	(7)
INVESTIMENTOS		2	2
Outros investimentos		2	2
IMOBILIZADO DE USO	7	234	229
Outras imobilizações de uso		1.045	961
(Depreciações acumuladas)		(811)	(732)
INTANGÍVEL	8	11	4
Ativos Intangíveis		151	138
(Amortização acumulada)		(140)	(134)
TOTAL DO ATIVO		19.859	19.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BROKER BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO LTDA.

CNPJ(MF) 16.944.141/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

PASSIVO	NE	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE		10.104	11.746
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		7.815	9.974
Relações interdependências		2.830	4.781
Carteira de câmbio	5	4.985	5.193
OUTROS PASSIVOS		2.289	1.772
Fiscais e previdenciárias	10	1.053	616
Diversas	11	1.236	1.156
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.755	8.203
Capital:	7.a	6.500	3.850
De Domiciliados no país		6.500	3.850
Reservas de lucros		3.254	4.340
Ajustes de avaliação patrimonial		1	13
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.859	19.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BROKER BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO LTDA.

CNPJ(MF) 16.944.141/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

	NE	2º-SEM-24	2024	2023
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		7.548	14.020	12.643
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		652	1.249	1.293
Resultado de operações de câmbio	14	6.896	12.771	11.350
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	597	7.548	14.020	12.643
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(4.956)	(8.967)	(9.069)
Receitas de prestação de serviços		3.883	7.718	7.621
Despesas de pessoal		(2.384)	(4.737)	(5.829)
Outras despesas administrativas		(5.704)	(10.535)	(9.521)
Despesas tributárias		(735)	(1.416)	(1.339)
Despesas com provisões		-	7	(2)
Outras receitas operacionais		2	20	3
Outras despesas operacionais		(18)	(24)	(2)
RESULTADO OPERACIONAL		2.592	5.053	3.574
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-	(2)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		2.592	5.053	3.572
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9	(840)	(1.800)	(1.224)
Provisão para imposto de renda		(516)	(1.106)	(749)
Provisão para contribuição Social		(324)	(694)	(475)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		1.752	3.253	2.348
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DEPOIS DA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLA		1.752	3.253	2.348
Nº de cotas.....:		3.850.000	3.850.000	3.850.000
Lucro/(Prejuízo) por cotaR\$		0,46	0,85	0,610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BROKER BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO LTDA.

CNPJ(MF) 16.944.141/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-24	2024	2023
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.752	3.253	2.348
RESULTADO ABRANGENTE	40	(12)	(8)
Ajustes que serão transferidos para resultados:	40	(12)	(8)
Ajuste TVM	40	(12)	(8)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	1.792	3.241	2.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BROKER BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO LTDA.

CNPJ(MF) 16.944.141/0001-00

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

	Semestre de 01/07/24 a 31/12/24				
	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/24	6.500	1.132	(39)	1.501	9.094
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	-	40	-	40
Aumento de capital	-	2.650	-	-	2.650
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.752	1.752
Destinações:	-	(528)	-	(3.253)	(3.781)
Juros capital próprio	-	-	-	(498)	(498)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(633)	(633)
Reserva especial de lucros	-	(528)	-	(2.122)	(2.650)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/24	6.500	3.254	1	-	9.755
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	2.122	40	(1.501)	661

	Exercício de 01/01/24 a 31/12/24				
	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/24	3.850	4.340	13	-	8.203
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	-	(12)	-	(12)
Aumento de capital	2.650	-	-	-	2.650
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.253	3.253
Destinações:	-	(1.086)	-	(3.253)	(4.339)
Juros capital próprio	-	-	-	(498)	(498)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(633)	(633)
Reserva especial de lucros	-	(1.086)	-	(2.122)	(3.208)
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/24	6.500	3.254	1	-	9.755
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	2.650	(1.086)	(12)	-	1.552

	Exercício de 01/01/23 a 31/12/23				
	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/23	3.850	2.623	21	-	6.494
Lucros intermediários	-	(193)	-	-	(193)
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	-	(8)	-	(8)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.348	2.348
Destinações:	-	1.910	-	(2.348)	(438)
Juros capital próprio	-	-	-	(438)	(438)
Reserva especial de lucros	-	1.910	-	(1.910)	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/23	3.850	4.340	13	-	8.203
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	1.717	(8)	-	1.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BROKER BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO LTDA.

CNPJ(MF) 16.944.141/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-24	31/12/24	31/12/23
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre e exercício	1.752	3.253	2.348
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	39	84	107
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	(7)	2
Provisão de impostos no resultado	840	1.800	1.224
	<u>2.631</u>	<u>5.130</u>	<u>3.681</u>
Varição de Ativos e Obrigações			
	(1.564)	(5.174)	(1.451)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	8.663	(1.668)	(4.008)
(Aumento) redução de outros ativos	(38)	(64)	32
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos:	(9.671)	(2.159)	3.927
Aumento (redução) em outros passivos	18	(44)	(52)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(536)	(1.239)	(1.350)
	<u>1.067</u>	<u>(44)</u>	<u>2.230</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Alienações de:			
Imobilizado de uso	-	-	2
Inversões em:			
Imobilizado de uso	(69)	(84)	(77)
Inversões líquidas no intangível	-	(13)	-
Dividendos recebidos de coligadas/controladas			
	<u>(69)</u>	<u>(97)</u>	<u>(75)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de juros de capital próprio	(498)	(498)	(438)
Dividendos/Lucros pagos	(633)	(1.191)	(193)
	<u>(1.131)</u>	<u>(1.689)</u>	<u>(631)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(133)	(1.830)	1.524
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exer	3.259	4.956	3.432
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercí	3.126	3.126	4.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A BROKER BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO LTDA (“Corretora”), constituída em 30/07/2012, foi autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil em 11/09/2012, com prazo de duração indeterminado. A sociedade tem por objeto social a intermediação em operações de câmbio e a prática de operações no mercado de câmbio, e vem operando regularmente no mercado financeiro.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração, que em atendimento ao disposto no artigo 7º, da Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, declara de forma explícita e sem reserva, que as Demonstrações Financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do CMN e do BACEN, bem como, que é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções. Foram elaboradas a partir das práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Estas informações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Corretora em 25 de março de 2025.

3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil), que é a moeda funcional e de apresentação da Corretora.

b) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

Títulos para negociação - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos classificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

c) Corretagem a Receber

Refere-se a corretagem a receber de intermediação de operações de câmbio em contrapartida à rubrica “Receita de Prestação de Serviços”, no resultado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

d) Operações de Câmbio

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio (Ptax) da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado (em base “pro rata” dia).

e) Redução no valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado dos exercícios, conforme previsto na Resolução Bacen/CMN nº 3566/08 Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

f) Apuração de resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

g) Permanente

- **Investimentos** – Está representado por investimento em obras de arte.
- **Imobilizado de uso** - São registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% ao ano para “sistema de processamento de dados e sistema de transporte” e, de 10% ao ano para as demais contas.
- **Intangível:** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com tal finalidade, e aqueles com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período estimado do benefício econômico do bem.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

i) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo - São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Provisões - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Broker Brasil possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Provisão para Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no ano.

O encargo do imposto de renda é calculado à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro que exceder R\$240 no ano.

A contribuição social sobre o lucro conforme a Lei nº 14.183/2021, é calculada à alíquota de:

- a) 15% do período de 01/01/2021 até 30/06/2021;
- b) 20% do período de 01/07/2021 até 31/12/2021;
- c) 15% do período de 01/01/2022 até 31/07/2022;
- d) 16% do período de 01/08/2022 até 31/12/2022;
- e) Retornando para 15% a partir de 01/01/2023.

k) Contingências

Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os ativos contingentes são reconhecidos quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

l) Resultado recorrente e não recorrente

A Empresa considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da Empresa. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, salienta-se que nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve resultados não recorrentes.

m) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeiras, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante		
Disponibilidades	3.126	4.956
Depósitos bancários	66	-
Reservas livres	21	175
Moedas estrangeiras	3.039	4.781
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.126	4.956

4- TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como “Títulos Disponíveis para Venda e Títulos para Negociação”, demonstrados abaixo o valor de custo, de mercado e classificação por vencimento:

	Quantidade	Vencimento	31/12/2024			31/12/2023		
			Valor do custo	Valor de mercado	Ajuste de mercado	Valor do custo	Valor de mercado	Ajuste de mercado
Carteira própria								
Curto prazo								
Títulos Disponíveis para Venda								
Letras Financeiras do Tesouro	46	01/03/2025	728	728	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	368	01/09/2024	-	-	-	5.058	5.252	194
Letras Financeiras do Tesouro	367	01/09/2025	5.805	5.805	-	-	-	-
Títulos para Negociação								
Cotas Fundos de Investimentos	1.136	Sem vencimento	3.566	3.566	-	2.431	2.431	-
Subtotal			10.099	10.099		7.489	7.683	194
Carteira própria								
Longo prazo								
Títulos Disponíveis para Venda								
Letras Financeiras do Tesouro	149	01/03/2025	-	-	-	2.125	2.126	1
Letras Financeiras do Tesouro	171	01/03/2026	2.681	2.705	24	-	-	-
Letras do Tesouro do Nacional	1.367	01/07/2026	-	-	-	1.038	1.084	46
Subtotal			2.681	2.705	24	3.163	3.210	46
Total			12.780	12.804	24	10.658	10.893	241

As aplicações em títulos públicos da Corretora possuem liquidez diária (operações compromissadas), cujos valores são regulados pelo Governo Federal. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Corretora auferiu resultado com títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 597 e R\$ 1.293, respectivamente.

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foram apurados com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA e encontravam-se custodiados no SELIC.

5- OPERAÇÕES DE CÂMBIO

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	2.906	3.071
Cambio comprado a liquidar	2.493	2.594
Direito sobre vendas de câmbio	2.517	2.608
(-) Adiantamento em moeda nacional recebidos	(2.104)	(2.131)
Passivo	4.985	5.193
Câmbio vendido a liquidar	2.517	2.594
Obrigações por compras de cambio	2.468	2.599

6- RENDAS A RECEBER

	31/12/2024	31/12/2023
Corretagem de cambio a receber	604	646
Serviços prestados a receber	35	81
	639	727

7-IMOBILIZADO DE USO

	%	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024 Líquido	31/12/2023 Líquido
Instalações	10	56	(36)	20	25
Móveis e equipamentos de uso	10	292	(257)	35	53
Sistema de comunicação	20	549	(387)	162	22
Sistema de processamento de dados	20	133	(119)	14	123
Veículos	20	15	(12)	3	6
		1.045	(811)	234	229

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

8-INTANGÍVEL

	<u>%</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>31/12/2024</u> <u>Líquido</u>	<u>31/12/2023</u> <u>Líquido</u>
Gastos com aquisição de software	20	151	(140)	11	4
		151	(140)	11	4

9- RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Referem-se a ordens de pagamento em moeda estrangeira de terceiros pendentes de liquidação na data do balanço, registradas conforme Carta Circular nº 3.794/16 em contrapartida a conta de disponibilidades de moedas estrangeiras.

10- OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto e Contribuição s/ Lucro a pagar	675	207
Impostos e contribuições a recolher	378	409
	1.053	616

11- OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Obrigações por aquisições de bens e direitos	37	-
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	1.198	1.119
Credores diversos - País (b)	1	37
	1.236	1.156

a) Provisão de férias, 13 salário e das contas a pagar de despesas administrativas e obrigação para aquisição de imobilizado.

b) Transferência em curso de moeda e depósito de garantia de postos.

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

12- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é de R\$ 6.500 (R\$ 3.850 em 31 de dezembro de 2023), representado por 6.500.000 (3.850.000 em 31 de dezembro de 2023) cotas, totalmente integralizadas na data do balanço, por cotistas domiciliados no País.

Em 25 de abril de 2024 foi deliberado o aumento de capital de R\$ 2.650, mediante a incorporação de parte do saldo disponível na Reserva Especial de Lucros, com a emissão de 2.650.000 novas quotas. Este aumento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil em 17 de junho de 2024.

b) Reservas de Lucros

As reservas de lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da Corretora, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por proposta dos órgãos da Administração. As reservas de lucros são destinadas no encerramento do exercício social.

c) Dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram distribuídos lucros aos cotistas no montante de R\$ 633 (R\$ 193 em 31 de dezembro de 2023).

13- JUROS DE CAPITAL PRÓPRIO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 498 (R\$ 438 em 31 de dezembro de 2023), conforme Resolução Bacen nº 4.706 de 19/12/2018.

14- RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO

O Resultado de Câmbio é originado das operações de compra e venda de moedas estrangeiras, sendo as receitas e despesas contabilizadas pelo regime de competência.

	2ºSem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Operações de Câmbio	7.958	14.139	12.380
Despesas de Operações de Câmbio	(1.062)	(1.368)	(1.030)
	6.896	12.771	11.350

15- DESPESA DE PESSOAL

Os Administradores da Corretora são remunerados por meio de pró-labore, registrado na Rubrica "Despesas de Honorários" no Grupo de "Despesas de pessoal". Aos empregados são concedidos benefícios de curto prazo, tais como contribuições para a seguridade social e benefícios não monetários como assistência médica, vale alimentação e refeição.

	2ºSem/24	31/12/2024	31/12/2023
--	----------	------------	------------

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Proventos	(1.179)	(2.300)	(2.389)
Benefícios	(334)	(740)	(902)
Honorários	(394)	(788)	(1.456)
Encargos sociais	(459)	(877)	(1.043)
Remuneração de estagiários	(10)	(16)	(21)
Treinamento	(8)	(16)	(18)
	(2.384)	(4.737)	(5.829)

16- OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2ºSem/24	31/12/2024	31/12/2023
Serviços Prestados Pessoa Jurídica			(4)
Processamento de dados	(572)	(1.107)	(915)
Aluguéis	(117)	(232)	(224)
Água, Energia e Gás	(23)	(53)	(49)
Serviços do sistema financeiro	(4.321)	(7.935)	(7.149)
Comunicações	(35)	(70)	(68)
Serviços técnicos especializados	(241)	(393)	(389)
Depreciação e Amortização	(39)	(84)	(107)
Material	(5)	(9)	(8)
Promoções relações públicas	(90)	(101)	(100)
Propaganda e publicidade	(36)	(82)	(72)
Despesa de Manutenção e Conservação de Bens	(21)	(45)	(64)
Despesas de Transporte	(90)	(182)	(162)
Outros	(114)	(242)	(210)
	(5.704)	(10.535)	(9.521)

17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa de imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CS") é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
	IR/CS	IR/CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	5.053	3.572
(-) Juros sobre capital próprio	(498)	(438)
Lucro	4.555	3.134
Adições (exclusões)		
Despesas não dedutíveis	89	41
Provisão/ (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-	2
Apropriação de gastos com ativos diferidos	(10)	(10)
Lucro real	4.634	3.167

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

(-) Incentivos fiscais - PAT	28	19
Encargos à alíquota de 15% de IR	(694)	(475)
Adicional do IR de 10%	(440)	(293)
Encargos de CS de 15%	(694)	(475)
Total de despesas com IR e CS	(1.800)	(1.224)

18 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

10.1. Créditos tributários sobre despesas temporárias

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram lançados os efeitos tributários sobre despesas temporariamente indedutíveis e ajuste de valor ao mercado sobre os títulos e valores mobiliários, conforme tabela abaixo:

	(Despesas) em 31/12/2024	Imposto de Renda (25%)	Contribuição Social (15%)	Total dos impostos
Ajustes de Valor Patrimonial (negativo)	-	-	-	-
Gastos com ativos diferidos	(35)	9	5	14
Total	(35)	9	5	(21)

	(Despesas) em 31/12/2023	Imposto de Renda (25%)	Contribuição Social (15%)	Total dos impostos
Provisão para devedores duvidosos	(7)	2	1	3
Gastos com ativos diferidos	(45)	11	7	18
Total	(52)	13	8	21

19 - PARTES RELACIONADAS

a) Operações com partes relacionadas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 a Corretora teve operação com parte relacionada **Takelog Logística de Comércio Exterior Ltda**, no valor total movimentado de R\$ 19.386 (R\$ 8.941 em 31 de dezembro de 2023), gerando um ganho operacional de R\$ 18 (R\$ 13 em 31 de dezembro de 2023).

b) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total do pessoal chave da administração para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 788 (R\$ 1.456 em 31 de dezembro de 2023) a qual é considerada benefício de curto prazo.

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

20- CONTINGÊNCIAS

A Corretora é ré em processos de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas para os quais foram apresentadas as defesas na esfera judicial. As contingências foram avaliadas pelos advogados com probabilidade de perda possível e não são reconhecidas contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Corretora não possuía processos classificados como perda possível.

21- GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA DE CAPITAL

Visando o atendimento à Resolução nº 4.557 de 23/02/2017, do Banco Central do Brasil, a Broker Brasil, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela mesma, de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

22- GERENCIAMENTO DE RISCOS

Gestão de risco operacional:

– Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução nº 4.557 de 23/02/2017, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, e os relatórios de gerenciamento do risco operacional.

Gestão de risco de mercado:

– O gerenciamento de risco é efetuado de forma centralizada, por área Administrativa que mantém independência com relação à mesa de operações. A Broker Brasil encontra-se apta a atender as exigências da Resolução nº 4.557 de 23/02/2017, que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado, nos prazos estabelecidos.

23- OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.860, de 23 de outubro de 2020 do Banco Central do Brasil.

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

24- LIMITES OPERACIONAIS

O Patrimônio de Referência Exigido (PRE), obtido de acordo com a legislação em vigor, está demonstrado a seguir:

Conta DLO	BROKER BRASIL CORRETORA DE CAMBIO LTDA	31/12/2024	31/12/2023
	Patrimônio Líquido Contábil	9.756	8.203
111.92	Ajuste Prudencial PR	11	4
100	Patrimônio de referência (PR)	9.767	8.198
700	Risco de crédito (RWAcpad)	1.985	2.637
770	Risco de mercado (RWAcam, RWAjur, RWAacs, RWAcom)	1.207	1.073
870	Risco Operacional (RWAOPAD)	37.230	34.085
900	RWA	40.422	37.795
910	Patrimônio de referência exigido (PRE)	3.234	3.023
950	Margem sobre o PR considerando o RWA	6.511	5.175
940	Adicional de Capital Principal	1.010	944
953	Folga Líquida	5.500	4.230
IB	INDICE DE BASILEIA	24,11%	21,69%

O índice de Basileia para a data-base de 31 de dezembro de 2024, apurado em conformidade com a Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 3.444/07 e 3.490/07, a Circular nº 3.360/07, é de **24,11%** para a instituição financeira (**21.69%** em 31 de dezembro de 2023).

Em 16 de Março de 2020, O Bacen emitiu a resolução Nº4.783, estabelecendo por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA, para fins de apuração da parcela ACP (Adicional de capital principal) de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.O percentual aplicado:

- I - 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento), no período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021;
- II - 1,625% (um inteiro e seiscentos e vinte e cinco milésimos por cento), no período de 1º de abril de 2021 a 30 de setembro de 2021;
- III - 2,00% (dois por cento), no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022;

25 – OUTROS ASSUNTOS

Impacto das novas exigências com vigência futura

A Resolução CMN nº 4.966, de 25/11/2021, com as atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.100, de 24/08/2023, regulamentadas pela Resolução BCB nº 352, de 23/11/2023, dispõem sobre os conceitos e os critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), convergindo os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2025.

As novas regras contábeis trazidas pela Resolução CMN 4.966/2021 referem-se: i) classificação e mensuração de

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

ativos financeiros; ii) reconhecimento de juros em caso de atraso; iii) reconhecimento da taxa efetiva de juros contratual; iv) baixa a prejuízo; e v) reconhecimento da provisão com base na perda esperada e classificação das operações em crédito problemático.

i) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

Refere-se aos impactos decorrentes de reclassificação entre as categorias de ativos, conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021. As operações cujos fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal. Não haverá alteração dos modelos de negócios.

ii) Modelo para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

O critério de classificação das operações de crédito e a respectiva constituição de provisão para créditos para devedores duvidosos são disciplinadas pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina que as provisões devem ser calculadas em função da classificação do Rating Operação, aplicando-se percentuais sobre o saldo devedor, sendo de AA (menor risco) até H (maior risco), em função do atraso de pagamento do principal ou de encargos.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, instituiu um novo conceito para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a partir de 01 de janeiro de 2025. De acordo com a classificação no segmento prudencial, Resolução BCB nº 436/2024, a BROKER BRASIL está classificada no segmento 5 (S5), portanto, deve adotar a metodologia simplificada para avaliar perdas, nos termos do Artigo 50 da Resolução 4.966/2021. Os critérios para mensuração da provisão para perdas esperadas, inclui provisão mínima requerida e provisão adicional, considerando os seguintes parâmetros:

a) Provisão para Perdas Incorridas associadas ao risco de créditos para as operações caracterizadas como Crédito Problemático, conforme art. 76 da Resolução BCB nº 352/2023, adotando os percentuais definidos no Anexo I. A Caracterização de Crédito Problemático são operações inadimplidas com atraso superior a 90 (noventa) dias.

b) Aplicação dos percentuais definidos no Anexo II da Resolução BCB nº 352/2023, para a Provisão para Perdas Esperadas em operações não caracterizadas como Crédito Problemático, observado os períodos de atraso e as carteiras definidas da referida resolução.

Com a implementação da Resolução CMN 4966/2021, comparado com a Resolução 2682/1999 (revogada), estimamos um incremento na provisão para janeiro/2025 de aproximadamente R\$ 759 mil (setecentos e cinquenta e nove mil reais), sobre o saldo de provisão existente em 31 de dezembro de 2024.

iii) Ativo Problemático e Stop Accrual

A Resolução CMN nº 4.966/2021 define que um ativo com problema de recuperação de crédito, Ativo Problemático, quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos. A referida resolução define, ainda, a interrupção do reconhecimento de receitas que ainda não foram efetivamente realizadas, em procedimento conhecido como Stop Accrual.

A BROKER BRASIL não reconhecerá os juros das operações que, na transição, apresentem atraso acima de 60 dias e a referida resolução será aplicada a partir de 1º de janeiro de 2025.

iv) Aspectos Fiscais

A Lei 14.467/2022, com as alterações da lei nº 15.078/2024, dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A partir de 1º janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, atraso superior a 90 dias, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial, observado a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento.

O Artigo 6º da Lei 14.467/2022, estabeleceu ainda que, as perdas apuradas em 1º janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidas fiscalmente até esta data, somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês de apuração, a partir de janeiro de 2026, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, forma irrevogável e irretratável, por fazer as deduções a razão de 1/120 ao mês.

26 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve eventos subsequentes relevantes até o encerramento destas demonstrações financeiras que requeressem divulgações.